

18ª Conferência Nacional de Saúde

**Saúde, Democracia, Soberania e SUS:
Cuidar do Povo é Cuidar do Brasil**

DOCUMENTO ORIENTADOR DA ETAPA MUNICIPAL DA 18ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE

**SAÚDE, DEMOCRACIA, SOBERANIA E
SUS: CUIDAR DO POVO É CUIDAR DO
BRASIL**



**Conferência
Municipal de
Saúde de
Santa Maria
RS**

**Santa Maria, RS
2026**

18ª Conferência Nacional de Saúde

Documentos Importantes

DOCUMENTO ORIENTADOR DA ETAPA MUNICIPAL DA 18ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE

GUIA PRÁTICO COMO CONSTRUIR PROPOSTAS PARA A CONFERÊNCIA DE SAÚDE

MANUAL DE ORGANIZAÇÃO PRÉ-CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE

REGIMENTO DA ETAPA MUNICIPAL DA 18ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE DE SANTA MARIA

Inscriva-se aqui



**Conferência
Municipal de
Saúde de
Santa Maria
RS**

**Santa Maria, RS
2026**



Instituições Realizadoras

Prefeitura de Santa Maria - SMS, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Franciscana (UFN), Conselho Municipal de Saúde de Santa Maria (CMS/SM)

PET-Saúde I&SD | UFSM

Grupo 1 - Prestação de Contas para o SUS

Rodrigo Silveira Pinto - Coordenador
Renato Preigschadt de Azevedo - Tutor

Elton Rogério Teixeira Jacobi - Preceptor
Juliane Gomes - Preceptor
Thamiris de Christo Dorneles - Preceptor

Caroline Nascimento Santana - Monitor
Davi Moretti Grecco - Monitor
Edlyn Paraiba Dias - Monitor
Francini de Oliveira Alves - Monitor
Gabriela Almeida de Aguirre - Monitor
Henrique Lima Goelzer - Monitor
Leonardo Hammes Waechter - Monitor
Pedro Lopes Rodrigues - Monitor
Simoni Silva Jacques Muller - Monitor
Tiago Ramalho de Oliveira - Monitor

Comissão Organizadora da Conferência Municipal

Matheus Hampel
Adriana Ebling
Rodrigo Silveira Pinto
Maria do Carmo Quagliato
Tamiris Teixeira Pugin
Fabiana Ercolani de Oliveira
Fernanda Samuel Lenz
Lusiane Aparecida Silveira de Souza
Jocelaine Nunes da Silva
Elton Rogerio Teixeira Jacobi



Conferência
Municipal de
Saúde de
Santa Maria
RS

Santa Maria, RS
2026

As conferências de saúde constituem espaços democráticos nos quais diferentes representações da sociedade civil e do governo se reúnem para discutir o planejamento, articular ações e definir metas com o objetivo de qualificar a saúde pública. Nesse contexto, configura-se uma importante oportunidade para o exercício do controle social, isto é, a participação efetiva dos usuários, permitindo que suas necessidades sejam contempladas e que diretrizes sejam indicadas aos gestores.

Estes espaços são definidos pela Lei nº 8142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde. Nesta está definido que as conferências serão realizadas a cada quatro anos e serão compostas por vários segmentos sociais, avaliando as situações e propondo diretrizes para a elaboração de políticas públicas, qualificando o acesso e cuidado.

Resumidamente, as conferências têm como principais objetivos:

- Efetivar os princípios e diretrizes do SUS, garantindo o direito humano à saúde, a universalidade e a equidade;
- Fomentar a participação da comunidade nos espaços de diálogo pelo direito e em defesa da saúde pública de qualidade, fortalecendo o controle social;
- Proporcionar à população geral o conhecimento sobre instrumentos de gestão em saúde, elaborando propostas de saúde para ser incluídas no Plano Plurianual e planos municipais, estaduais e nacional de saúde.

1.

Portanto, vamos pensar sobre cada eixo:

1

Sobre o que se trata esse eixo?

2

Qual o impacto deste eixo sobre o município de Santa Maria?

3

Qual a responsabilidade do Gestor Federal na resolução destas questões?

4

Qual a responsabilidade do Gestor Federal na resolução destas questões?

5

Qual a responsabilidade do Gestor Municipal na resolução destas questões?

6

Quais são todas as questões norteadoras relacionadas a este eixo, pensando as questões anteriores?

EIXO 01: DEMOCRACIA, SAÚDE COMO DIREITO E SOBERANIA NACIONAL

Vamos iniciar uma conversa com uma provocação:

O que a democracia e a soberania nacional tem a ver com a saúde?

Neste eixo, esperamos poder esclarecer um pouquinho sobre a saúde pública como direito do cidadão e dever dos governantes. No ano de 1988, foi lançada a Constituição Federal, e nela está escrito que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo o acesso universal, integral e igualitário às ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde. A saúde das pessoas não depende apenas do atendimento médico, mas também das condições de vida da população. Fatores como renda, moradia, alimentação, educação, trabalho, saneamento básico e meio ambiente influenciam diretamente na saúde. Para melhorar a saúde da população, é necessário reduzir as desigualdades sociais e garantir direitos básicos, combatendo a fome, a pobreza e as situações de vulnerabilidade social.

E por que falar em democracia? Pois precisamos reconhecer que esses direitos e deveres provêm de um instrumento democrático extremamente importante para nossa sociedade: a Constituição. Defender o SUS significa defender a democracia, uma vez que preza pela qualidade de vida, justiça social e participação da sociedade. A democracia, nesse contexto, não é só votar, mas acompanhar, entender e ter espaço para opinar sobre como o SUS funciona. Cabe ressaltar que o SUS representa batalhas do controle social, uma vez que reflete as condições de saúde de uma população.

Se formos pensar a atualidade, há uma sensação generalizada de insegurança, seja pelo período pós-pandêmico, seja pela instabilidade que o mundo está passando. Mas questionamentos são necessários, como por exemplo, o que isso afeta a realidade brasileira? **TUDO!** Neste contexto, a soberania brasileira significa a capacidade de legislar, regular e manter o país seguro em um ambiente global, assegurando a igualdade do país perante o mundo. Isso si -

3.

gnifica pensar o quanto o Brasil depende de outros países para produzir medicamentos, vacinas e equipamentos. Quando há essa dependência, o acesso pode ficar mais difícil, mais caro ou até interrompido, deixando a população vulnerável a decisões que não levam em conta suas necessidades. Logo, para que isto ocorra, é preciso debater a plena implementação de políticas públicas de saúde, cabendo à conferência este espaço.

Vivemos uma disputa na saúde brasileira: a quebra do paradigma do modelo centrado no cuidado médico, nas hospitalizações, na fragmentação do cuidado e com efeitos de indústria, em detrimento a uma política que preza por uma Atenção Primária à Saúde (APS) territorializada, focada na prevenção. Portanto, precisamos refletir sobre o que queremos: um SUS focado em redes de saúde coordenadas, com planejamento do cuidado, ou um SUS que prioriza a privatização, com contratações precárias, baixa qualificação e, conseqüentemente, fragilizado e muito desigual?

Estamos vivendo em uma época na qual há uma crise democrática, uma vez que a população está perdendo espaço nas decisões e há um desmonte de políticas públicas de qualidade. Há um aumento significativo de desigualdades, que é agravado pelo uso de novas tecnologias, como mídias sociais, em que uma minoria empresarial, porém soberana, se recusa ao controle público e democrático. As tecnologias auxiliam fortemente a população, à medida que alcançam as populações mais remotas do território nacional, sendo preciso pensar em estratégias relevantes para o desenvolvimento de tecnologias de baixo custo e impacto ambiental, em defesa da saúde, do clima e da população. Há que se falar sobre as dificuldades do SUS: subfinanciamento crônico, precarização do trabalho em saúde, deslegitimação do sistema e privatizações, ou seja, empecilhos para práticas de sucesso.

Mas como isto tudo pode ser melhor controlado? Entra aqui a representatividade da democracia na saúde: conselhos e conferências de saúde. Estes representam o grau máximo do controle social, ou seja, da participação popular nas políticas públicas de saúde (usuários, trabalhadores, prestadores e gestores), pois realizam a efetiva construção destas políticas. **De forma sintética, aqui se constrói a democracia!** Em Santa Maria, cidade uni -

4.

versitária e polo regional de saúde, este eixo impacta a necessidade de manter o controle público e democrático sobre os serviços, evitando que a lógica de mercado e a terceirização precarizem o atendimento local. Muitas pessoas não sabem como participar ou não se sentem parte desses espaços, enfrentando dificuldades de acesso a informações claras sobre filas de espera e uso de recursos.

Há que se pensar na realidade da população para o enfrentamento dos problemas reais da sociedade. É preciso defender um país menos desigual, reafirmando o SUS como política pública essencial para que as pessoas sejam beneficiadas com melhores condições e melhor planejamento. Os conselhos locais, municipal, estadual e nacional de saúde são os protagonistas para a participação da sociedade e efetivação do controle social. Torna-se importante discutir a reativação dos conselhos locais de saúde nos territórios, incentivando a participação de jovens, estudantes e de diferentes entidades representativas, como universidades e conselhos profissionais.

Responsabilidades:

- **Governo Federal:** O Ministério da Saúde deve formular políticas públicas nacionais que garantam a soberania tecnológica do país, investindo no Complexo Econômico-Industrial da Saúde para reduzir a dependência externa de medicamentos, vacinas e equipamentos. Deve também assegurar o financiamento adequado para as políticas de equidade e fortalecer os espaços nacionais de controle social, como o Conselho Nacional de Saúde.
- **Gestor Estadual:** O Estado do Rio Grande do Sul deve atuar para proteger os dados em saúde pública, fortalecendo a inteligência do sistema contra interesses de mercado. Deve apoiar o desenvolvimento tecnológico no estado, garantir que as políticas de saúde respeitem a autonomia das regiões e que o planejamento das redes de saúde regionais não seja subordinado a interesses privatizantes.
- **Gestor Municipal:** O gestor de Santa Maria deve garantir a transparência absoluta nas decisões, respeitando as deliberações das conferências locais de saúde. Deve fortalecer o Conselho Municipal de Saúde e os conselhos locais nas Unidades Básicas de Saúde, garantindo que o cidadão tenha

5.



- acesso aos serviços como um direito garantido, divulgando informações de maneira clara e criando oportunidades reais para que a população participe.

Questões Norteadoras:

- 1. Que modelo de democracia queremos afirmar no campo da saúde: uma democracia limitada à representação formal ou uma democracia popular e participativa?**
 - Que tipo de participação social queremos no SUS?
 - Que modelo de democracia queremos nas instâncias de saúde da nossa cidade: apenas representativa ou efetivamente popular e participativa?
 - Como podemos fazer com que a população de Santa Maria participe mais das decisões do SUS?
 - Qual é o papel do usuário de Santa Maria no fortalecimento da democracia e da soberania nacional, para garantir que o direito à saúde seja efetivo e não apenas formal?
- 2. Como o fortalecimento da democracia participativa (conselhos, conferências e controle social) pode contribuir para a defesa do SUS frente ao subfinanciamento e precarização?**
 - Como tornar essa participação mais acessível e efetiva?
 - A população conhece e participa dos Conselhos e Conferências de Saúde?
 - Que estratégias podem aproximar jovens, estudantes, trabalhadores e usuários dos espaços de decisão da saúde?
 - Como tornar as informações sobre os conselhos de saúde mais acessíveis e compreensíveis para a população?
 - Que mecanismos de transparência deveriam ser oferecidos para que a população possa acompanhar a gestão da saúde?
 - Como promover a renovação do Conselho Municipal de Saúde e a reativação dos conselhos locais?
 - Como garantir a continuidade e o fortalecimento dos conselhos de saúde ao longo do tempo?
 - Como garantir a reativação dos conselhos locais de saúde nos territórios e bairros?
 - Como o fortalecimento do controle social em Santa Maria pode proteger a rede municipal contra o subfinanciamento e a precarização?

6.



**Conferência
Municipal de
Saúde de
Santa Maria
RS**



3. De que maneira a soberania nacional (produção de medicamentos e insumos estratégicos) impacta na capacidade de garantir a saúde como direito universal?

- O que pode ser feito para fortalecer a autonomia do Brasil na produção de saúde?
- O que o município precisa para depender menos de insumos externos?
- Quais insumos-chave podem ser produzidos nacionalmente para evitar falta de insumos por influências externas?
- Santa Maria está preparada para enfrentar situações em que a saúde da população é subordinada ao lucro?

7.



EIXO 02: FINANCIAMENTO ADEQUADO E SUFICIENTE PARA O SUS, COM BASE NA JUSTIÇA TRIBUTÁRIA E SUSTENTABILIDADE FISCAL E SOCIAL

Iremos começar os debates questionando:

O atual financiamento é adequado para que o Estado possa atender as necessidades da população?

Neste eixo, esperamos poder esclarecer um pouquinho sobre o dinheiro do SUS e como a riqueza do nosso país é gerida. Falar de financiamento é falar sobre as condições reais de funcionamento do SUS. Sem recursos suficientes, mesmo as melhores ideias e políticas não conseguem sair do papel ou funcionar bem. Temos participado, nos últimos anos, de uma disputa clara entre dois projetos de sociedade. **De um lado, há um projeto que coloca o mercado acima da vida, onde a saúde é vista como mercadoria e só tem acesso quem pode pagar. Do outro lado, o projeto da nossa Constituição de 1988, que define a saúde como um direito de todas as pessoas e dever do Estado, baseado na solidariedade e na justiça social.** Essa disputa se manifesta todos os dias nos nossos territórios, na dificuldade de acesso aos serviços, nas enormes desigualdades e na pressão constante para a contratação de planos privados.

Mas questionamentos são necessários: o Brasil não é pobre, então para onde vai o nosso dinheiro? Somos um país rico, que gera trilhões em riquezas. O problema é que uma parte gigante desse dinheiro acaba sendo drenada para pagar juros absurdos da dívida pública, enriquecendo o mercado financeiro. Enquanto isso, regras como a Lei de Responsabilidade Fiscal e normas de controle orçamentário impõem uma falsa "austeridade". Sob o argumento de "disciplinar as contas", essas medidas cortam os investimentos sociais e

8.

estrangulam a capacidade do Estado de financiar o SUS, prejudicando o desenvolvimento social do país.

Se formos pensar na atualidade do orçamento da saúde, além do subfinanciamento histórico, lidamos com o problema das emendas parlamentares. Elas cresceram muito e hoje representam uma fatia enorme dos recursos das ações e serviços de saúde. Embora possam ajudar localmente, muitas vezes essas emendas não têm nenhuma relação com o planejamento real do SUS, servindo para projetos pulverizados e criando situações de "chantagem" política que desviam o dinheiro de onde ele seria estruturalmente mais necessário.

Em Santa Maria, essa realidade pode ser percebida em diferentes situações. Muitas pessoas enfrentam longas esperas por consultas especializadas e exames, especialmente aqueles que dependem de encaminhamentos e da regulação estadual. A UPA frequentemente fica sobrecarregada, muitas vezes atendendo casos que poderiam ser resolvidos na atenção básica. Além disso, existem diferenças entre os bairros, com algumas unidades de saúde mais estruturadas do que outras, o que evidencia desigualdades dentro do próprio município. Também é importante lembrar que Santa Maria é referência para outros municípios da região, o que aumenta ainda mais a demanda sobre seus serviços de saúde.

Cabe ressaltar quem faz o SUS acontecer no dia a dia: os trabalhadores e as trabalhadoras da saúde. Precisamos dar um basta na precarização, na terceirização desenfreada e na "pejotização", práticas que disfarçam o vínculo de emprego, retiram direitos constitucionais e pioram a qualidade do atendimento nas unidades públicas. Defender o SUS é lutar por concursos públicos e pela criação da Carreira Única Interfederativa do SUS, para garantir salários justos, estabilidade e a fixação de bons profissionais nas áreas que mais precisam.

Portanto, para superar esses impasses, precisamos de uma nova política econômica baseada na justiça tributária. Precisamos taxar lucros, grandes fortunas, heranças e também aquelas atividades que causam danos e sobrecarrega o SUS, como os jogos eletrônicos (BETs), o tabaco e as bebidas açucaradas. Mas nada disso vai acontecer sem controle social! A participação

9.

da população é a chave para acompanhar o orçamento, fiscalizar os gastos públicos, defender nossos direitos e exigir transparência nas políticas sociais.

Responsabilidades:

- **Governo Federal:** O Ministério da Saúde e o governo federal devem garantir o financiamento estrutural do SUS, revendo regras fiscais que limitam os investimentos sociais (como teto de gastos) e promovendo uma reforma tributária justa, que taxa grandes fortunas e atividades nocivas à saúde. Devem também regular e dar transparência ao uso das emendas parlamentares, garantindo que os recursos federais sejam distribuídos com base nas reais necessidades epidemiológicas e no planejamento do SUS.
- **Gestor Estadual:** O governo estadual precisa destinar os recursos necessários para a apuração do cumprimento de seu piso mínimo em saúde e apoiar financeiramente as referências macrorregionais. Deve repassar os recursos obrigatórios para Santa Maria sem atrasos, criar mecanismos inteligentes de transparência (como plataformas e dashboards acessíveis) e revisar sistematicamente os textos e Fichas de Programação Orçamentária (FPO) para não onerar os municípios que produzem acima da meta.
- **Gestor Municipal:** A gestão municipal deve promover concursos públicos para reduzir vínculos precários e planejar o fim da terceirização desenfredda nas unidades do município. Deve aplicar o dinheiro de forma transparente, priorizando as necessidades básicas dos bairros, combatendo o desperdício e garantindo que as emendas parlamentares destinadas à cidade estejam alinhadas ao Plano Municipal de Saúde. O gestor deve lutar pela revisão contratual junto ao Estado e exigir o ressarcimento adequado quando a produção local exceder o teto estipulado.

Questões Norteadoras:

1. Que medidas devem ser adotadas para avançar na reforma tributária, ampliar o financiamento e regulamentar o uso das emendas parlamentares destinadas ao SUS?

- Como garantir recursos suficientes para que o SUS funcione bem?
- O dinheiro que chega hoje é suficiente para as necessidades de Santa Maria?

10.



- Como o município pode lutar por uma divisão mais justa dos recursos da saúde?
- Considerando o sistema tributário regressivo, de que forma a taxaçoão de grandes fortunas pode atuar na sustentabilidade financeira da saúde?
- Como implementar o Orçamento Participativo na Saúde para decidir sobre a aplicação de recursos e emendas parlamentares?
- Como garantir que as emendas parlamentares estejam alinhadas às prioridades da saúde e não apenas a decisões políticas?
- De que forma o subfinanciamento estadual e a falta de revisão de contratos geram custos altos com transporte de pacientes?

2. Como garantir a destinação dos recursos adicionais para o fortalecimento e ampliação do atendimento conforme os princípios do SUS?

- Como garantir que os recursos cheguem onde são mais necessários?
- Como garantir que as decisões e os gastos do SUS sejam transparentes para a população?
- De que forma a população pode fiscalizar e acompanhar o uso dos recursos?
- Como garantir que recursos adicionais no município sejam aplicados conforme as diretrizes do SUS?
- Como identificar e priorizar as áreas que mais precisam de investimento dentro do território?
- Como evitar que recursos sejam aplicados em ações pontuais sem continuidade?
- Como o SUS pode apresentar informações sobre o uso de recursos de forma mais acessível?
- De que maneira as operadoras de planos de saúde devem efetivar o ressarcimento ao SUS?

3. Quais as ações poderiam ser desenvolvidas para a valorização das pessoas trabalhadoras mediante recursos adicionais?

- Frente ao avanço das terceirizações e "pejotização", quais mecanismos devem assegurar a gestão pública direta e a Carreira Única do SUS?
- Quais medidas o Executivo e o Legislativo de Santa Maria podem adotar para valorizar os trabalhadores da rede de saúde local?

11.



**Conferência
Municipal de
Saúde de
Santa Maria
RS**



**Conferência
Nacional
de Saúde**

- Como garantir que os recursos da saúde sejam utilizados para reduzir filas e tempo de espera de forma eficiente?
- Como melhorar comunicação e geolocalização?

12.



EIXO 03: OS DESAFIOS PARA O SUS NA AGENDA NACIONAL DA DEFESA DA VIDA E DA SAÚDE: EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

Vamos pensar juntos na atualidade:

**De que forma a saúde deve estar presente nas emergências climáticas?
Qual a parcela da sociedade mais afetada nestas ocasiões?**

A defesa da vida traz consigo uma importante missão: a defesa da sociedade justa e igualitária. Porém, podemos observar que com o passar dos anos a crise climática se alastra de forma expressiva: aquecimento global, escassez de recursos naturais, poluição de rios, queimadas e também o desmatamento. Há de se pensar localmente, territorialmente, nas questões do nosso estado, como realizar a contenção de desastres ambientais e consequentemente seus impactos. Há um grande impacto na sociedade, uma vez que as crises climáticas afetam a vida das pessoas nos aspectos biopsicossociais e também diretamente os serviços de saúde, que extrapolam a capacidade de atendimento e integração dos serviços.

VAMOS PENSAR ASSIM: De que adianta tudo isso sem pensar na prática?

Supondo que você more em uma parte afastada do centro da cidade, em uma área de muita vegetação, onde corre um riacho e você cria porcos. A sua vizinha chega na sua casa, toma um chimarrão ou dois, conversa e fala que sua filha de 8 anos está apresentando diarreia intensa, vômitos e fraqueza há alguns dias. No dia seguinte, a vizinha levou a filha a uma Unidade Básica de Saúde mais próxima de sua casa, fez exames e descobriu-se que a mesma apresenta uma provável infestação de vermes. O Agente Comunitário de Saúde juntamente ao Agente de Combate a Endemias resolveu lhe fazer uma visita de orientação, na qual você comentou sobre a situação. Nesta visita, es -

13.

tes agentes observaram que a sua criação de porcos está muito próxima ao poço artesiano da vizinha. Logo após orientações feitas e coleta da água deste poço analisada, verificou-se a contaminação desta água. E onde a política pública entra aqui? Na fiscalização e elaboração de normas para criação de animais e abertura de poços artesianos. Viu como a vigilância de eventos ambientais está próxima a nós?

No Rio Grande do Sul, vivemos cotidianamente impactos associados a questões climáticas: o uso de agrotóxicos, poluição em rios e afluentes, poluição do ar, enchentes e vetores como o mosquito da dengue. Se formos pensar de forma estratégica, não há enfrentamento às crises climáticas, ou seja, justiça climática, se não houver concomitantemente a justiça social. Você já parou para pensar no racismo climático? As populações mais afetadas em crises, como uma enchente ou seca, estão localizadas à margem da sociedade, sendo pessoas de menor renda e escolaridade, que consequentemente possuem menos acesso a serviços de saúde e habitam locais de maior risco, o que gera uma insegurança.

Aqui vivem populações quilombolas, indígenas, povos tradicionais, ribeirinhos e moradores das periferias e em situação de rua. Em condições de crise, como foram as enchentes no ano de 2024, o acesso à água potável, alimentos adequados, condições seguras de moradia e saneamento são negativamente afetados. Em Santa Maria, mesmo quando não é atingida da mesma forma, esses efeitos também aparecem. Alagamentos em algumas regiões, aumento de casos de dengue e riscos durante períodos de calor extremo mostram essa relação. A cidade precisa estar pronta para lidar com desastres naturais que trazem doenças e sobrecarrega os hospitais.

Mas o que isso tem a ver com a saúde? APENAS TUDO. Estamos em constante processo de aprendizado. Como citado na constituição brasileira, a saúde pública integral e de qualidade só é possível de ser realizada se o planejamento, justo e correto, de políticas públicas for efetivado. Precisamos pensar em como as políticas públicas devem ser colocadas em prática para prevenir situações climáticas e não somente sobre contenção de danos.

Em nosso território enfrentamos o problema da privatização do saneamento básico. O acesso a água de qualidade e esgotamento sanitário deixa de ser um

14.

direito adquirido e passa a ser tratado como mercadoria, prejudicando as pessoas com menor poder aquisitivo, especialmente se estas estiverem em territórios afastados, onde há um maior investimento na infraestrutura e lento retorno financeiro para estas empresas, visto que o saneamento está em processo de privatização. Muitos pensarão: por que falar sobre isso? SIM, é preciso! Faz parte da saúde pública como política pensar em desenvolvimento sustentável, controle de vetores e doenças relacionadas ao meio ambiente, prevenção a queimadas e outras situações de emergência climática.

VAMOS FALAR SOBRE COP 30? A COP 30 é a Conferência das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas. Ela será realizada no ano de 2025, aqui no Brasil. Nela serão discutidas propostas para a redução de gases poluentes, estratégias para prevenção de poluição, entre outros. Mas é preciso destacar o ADAPTASUS. Este nada mais é que uma política nacional para fortalecer o enfrentamento a crises climáticas, com respostas rápidas, priorizando o calor ou frio extremo, inundações, secas, poluição do ar, mudança no perfil de zoonoses e doenças zoonóticas, insegurança alimentar e nutricional e acesso inadequado a água e saneamento.

Se hoje você consegue acesso a alimentos nos mercados, toma água da torneira ou consegue dar descarga no banheiro da sua casa, então você utiliza o SUS. As regulamentações de vigilância em saúde estão presentes no nosso dia a dia, uma vez que para todo esse complexo funcionamento da cadeia sanitária são necessárias leis e portarias regulamentadoras. Para tanto, a vigilância em saúde deve estar alinhada e integrada com todos os setores de saúde, seja na gestão do cuidado, seja na assistência, ou na questão financeira. A Política Nacional de Vigilância em Saúde articula dentro do território estratégias de prevenção e promoção de saúde, como por exemplo, no controle do mosquito *Aedes Aegypti*, vetor de doenças como dengue, zika vírus e chikungunya.

Novos tempos chegaram e se faz necessário repensar as estratégias de ação, integrando todos os serviços a fim de reduzir impactos climáticos. Mas não somente isso está em jogo. Cabe enfatizar que o território é o local onde se produz saúde, onde as pessoas vivem e, portanto, é preciso colocar os cidadãos como protagonistas de sua própria história, ou seja, colocar o usuário

15.

na centralidade das decisões.

Portanto, precisamos avaliar a prevenção e a otimização/promoção da saúde em relação ao clima. O pacto pela saúde passa pela defesa da vida, a qual prevê a corresponsabilização dos atores, ou seja, nós. O território é dinâmico, sendo que diariamente precisamos estar atentos a mudanças, identificando riscos e propondo melhorias da qualidade sanitária e de vida da população.

Responsabilidades:

- **Governo Federal:** O Ministério da Saúde deve coordenar a Política Nacional de Vigilância em Saúde e o programa AdaptaSUS, garantindo diretrizes e financiamento para que estados e municípios possam enfrentar as emergências climáticas. Deve também articular ações interministeriais (Meio Ambiente, Cidades, Integração) para promover a justiça socioambiental, combater o racismo climático e garantir infraestrutura resiliente em nível nacional.
- **Gestor Estadual:** O Estado do RS deve apoiar tecnicamente a região, integrar regionalmente as respostas às crises climáticas e financiar a reconstrução e adaptação de hospitais e unidades de saúde. Deve criar planos de resposta rápida para emergências no estado e integrar a Vigilância em Saúde com os órgãos de meio ambiente para gerar dados precisos sobre áreas de risco.
- **Gestor Municipal:** O município de Santa Maria deve mapear seus territórios de risco, preparar sistemas de alerta e adaptar os protocolos clínicos das unidades de saúde para atendimento em eventos extremos. Deve planejar ações de defesa civil integradas à saúde, garantir que as comunidades em áreas de risco tenham assistência preventiva e treinar seus Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e de Endemias (ACE) para atuar na educação e no enfrentamento das crises climáticas nos bairros.

Questões Norteadoras:

1. **O que o SUS precisa fazer para proteger a população diante da emergência climática (calor extremo, enchentes, seca)?**
 - Como o SUS pode se preparar para emergências climáticas e proteger a população?
 - Como os serviços de saúde podem se organizar para responder ao aumento da demanda em emergências?

16.

- Que estratégias garantem acesso rápido a vacinas e medicamentos em situações de crise?
- Como melhorar a articulação entre saúde, defesa civil, assistência social e meio ambiente?
- O que o SUS precisa fazer para se preparar para enchentes e calor extremo antes que aconteçam?
- Como estruturar apoio em saúde mental para populações afetadas por desastres?
- Como garantir o suprimento rápido de vacinas e segurança alimentar em cenários de enchentes?
- Que ações concretas garantem que unidades de saúde funcionem durante eventos climáticos extremos?
- O que a rede SUS de Santa Maria precisa fazer imediatamente para proteger a população de enchentes e ondas de calor?

2. De que forma o saber popular dialoga com a Vigilância em Saúde no enfrentamento dos impactos climáticos?

- Como fortalecer ações de prevenção em saúde diante de riscos ambientais?
- Que ações comunitárias podem ser fortalecidas para prevenção de riscos no território?
- Como integrar a vigilância em saúde com o cuidado e a atenção à população?
- Como agir previamente no mapeamento contínuo de áreas de risco, não esperando o desastre acontecer?
- Como as ações de vigilância podem atuar preventivamente nos territórios vulneráveis e evitar surtos de dengue e leptospirose?

3. Quais os desafios do SUS em seu território para enfrentamento das mudanças climáticas e ambientais?

- Como o clima e condições ambientais têm afetado a saúde nos diferentes territórios?
- Quais áreas e grupos da população estão mais vulneráveis a problemas climáticos?
- Que medidas podem ser adotadas para mapear e acompanhar doenças infectocontagiosas após eventos climáticos?

17.



**Conferência
Municipal de
Saúde de
Santa Maria
RS**



**Conferência
Nacional
de Saúde**

- Santa Maria está preparada para atender a população em caso de uma nova crise climática?

18.



EIXO 04: MODELOS DE ATENÇÃO E GESTÃO, TERRITÓRIOS INTEGRADOS E CUIDADO INTEGRAL

Aqui, temos que pensar da seguinte maneira:

Qual a melhor maneira do SUS funcionar, para que seja mais efetivo?

Neste eixo, esperamos refletir sobre como o SUS se organiza na prática para cuidar da nossa população, desde a gestão macro até o atendimento na porta do posto de saúde. O SUS nasceu de um projeto civilizatório que preza pela universalidade e pela integralidade. No entanto, convivemos com um desafio histórico para superar o modelo biomédico tradicional. Esse modelo muitas vezes é focado apenas no tratamento da doença instalada, no ato médico, na medicalização excessiva e no excesso de exames. É uma lógica mercantilista que transforma a vida em patologia e alimenta o que chamamos de “indústria da doença”.

Vivemos uma disputa na saúde brasileira para reafirmar a importância do território. Precisamos que a Atenção Primária à Saúde (APS) e a Estratégia Saúde da Família (ESF) assumam seu verdadeiro papel de ordenadoras e coordenadoras do cuidado. Nos últimos anos, vimos nossas Unidades Básicas serem esvaziadas pelo subfinanciamento e transformadas em meras portas de triagem. A ESF precisa olhar para o paciente de forma contínua e longitudinal, garantindo a presença de equipes multiprofissionais – com psicólogos, assistentes sociais e dentistas – articulando a assistência farmacêutica e rompendo com o modelo curativo e fragmentado.

Em Santa Maria, esse cenário pode ser percebido em dificuldades de integração entre os serviços. Muitas vezes, o paciente é encaminhado para outro nível de atendimento, mas não há retorno adequado para continuidade do cuidado. A UPA acaba recebendo uma grande demanda, inclusive de casos que poderiam ser resolvidos na atenção básica. Além disso, a presença de serviços importantes, como hospitais e estruturas universitárias, nem sempre

19.

está totalmente integrada à rede municipal, o que pode gerar desencontros no cuidado. Também existem desafios na organização dos serviços dentro do território, com diferenças no acesso entre bairros e dificuldades específicas em áreas como a saúde bucal.

E por que falar em equidade e cuidado integral? Porque as desigualdades adoecem e matam. O machismo, o racismo estrutural e a violência não são apenas problemas sociais, são problemas graves de saúde pública. O SUS precisa ser um espaço seguro de acolhimento e resistência contra a violência. Isso envolve garantir políticas equânimes para a população negra e indígenas, mas também exige coragem para garantir o direito ao aborto legal no SUS para mulheres e meninas vítimas de estupro. A maternidade infantil forçada é uma violação gravíssima de direitos e da dignidade humana que o sistema de saúde não pode fechar os olhos.

Se formos pensar na gestão do sistema, lidamos com uma governança muito frágil e fragmentada. Municípios competem entre si por recursos e o cuidado fica fatiado, gerando vazios assistenciais e filas intermináveis. **A isso se soma a "privatização por dentro", onde a gestão pública é transferida para as Organizações Sociais sem transparência, colocando o lucro e os interesses privados acima das reais necessidades da população.** Precisamos de uma regionalização solidária e do fortalecimento das comissões interfederativas para construir redes que funcionem de verdade e garantam a soberania do planejamento público.

Mas como modernizar o SUS para o futuro? A chave está na transformação digital e na inteligência estratégica. O avanço tecnológico e o SUS Digital devem garantir prontuários eletrônicos interligados, facilitando a vida dos usuários. Porém, essa digitalização deve garantir a nossa soberania nacional, com infraestrutura pública que proteja os nossos dados de grandes conglomerados corporativos. Articulando o uso dessas novas tecnologias com a Vigilância em Saúde no dia a dia da Atenção Primária, e fortalecendo os espaços democráticos de controle social, construiremos, de fato, um SUS que cuide integralmente do seu povo.

Responsabilidades:

- **Governo Federal:** O Ministério da Saúde deve formular as diretrizes nacio -

20.

- nais para a Atenção Primária à Saúde (APS) e financiar a expansão das equipes multiprofissionais. Deve também liderar a implementação do SUS Digital, garantindo infraestrutura tecnológica soberana e segura para a integração de dados em todo o país, além de assegurar políticas nacionais de equidade que combatam o racismo, o machismo e garantam direitos reprodutivos e sexuais.
- **Gestor Estadual:** Coordenar o planejamento regional solidário, evitando a competição entre os municípios da região por recursos e leitos. Assegurar a governança interfederativa, organizar a rede de especialistas e exames complexos para que, quando Santa Maria não puder resolver algo, o estado garanta o acesso rápido em outro local, e investir na integração digital para que o prontuário eletrônico seja acessível em qualquer ponto da rede.
- **Gestor Municipal:** Retomar a centralidade da Estratégia Saúde da Família (ESF), dotando-a de equipes multiprofissionais reais. Garantir o cuidado integral, enfrentando problemas de violência territorial e garantindo serviços essenciais nas redes de atendimento. O município precisa fortalecer a atenção básica, organizar melhor os fluxos de atendimento, valorizar os agentes de saúde e as equipes de saúde da família, garantindo que o atendimento no bairro seja humanizado, completo e que o paciente consiga circular pelo sistema com acompanhamento adequado.

Questões norteadoras:

1. **Como assegurar o papel regulador do Estado para reverter a influência do setor privado na gestão e oferta de serviços?**
 - Como reverter a influência de modelos privatizantes e terceirizados na gestão das unidades de saúde e UPAs?
 - Qual deve ser a contrapartida exigida quando hospitais privados/filantrópicos encerram contratos após receberem investimentos públicos?
2. **Em que medida a consolidação de políticas estruturantes (Atenção Básica, Farmacêutica e Especializada) pode reafirmar o SUS como projeto permanente?**
 - Como fortalecer a atenção básica para que seja porta de entrada e referência do cuidado?

21.



- Como garantir que a Atenção Básica seja de fato resolutiva e não dependa exclusivamente de hospitais?
 - Como fortalecer a resolutividade considerando o papel multiprofissional (superar foco exclusivo no médico)?
 - Como fazer com que a Estratégia Saúde da Família (ESF) seja a verdadeira ordenadora do cuidado, reduzindo a superlotação de UPAs?
 - Como acelerar a implementação do SUS Digital e prontuário eletrônico unificado entre UBSs, UPAs e hospitais?
 - Quais profissionais ou serviços estão faltando nas equipes de saúde da família?
- 3. Como garantir os princípios constitucionais do SUS diante da expansão de modelos de gestão privatizantes e precarização do trabalho?**
- O atendimento nas UBSs de Santa Maria consegue resolver a maioria dos problemas dos moradores?
 - Como garantir que todos tenham acesso a um cuidado contínuo, integral e equitativo?
 - Como resolver o absenteísmo e a duplicidade de atendimentos/exames?
 - Como integrar melhor hospitais, centros de especialidades e UBSs para diminuir filas?
 - Como melhorar o sistema de regulação (filas, encaminhamentos) para torná-lo mais justo?
 - Como solucionar falhas no fluxo de regulação estadual (GERCON) que retêm pacientes críticos em locais inadequados?
 - Como melhorar o acesso a exames e consultas especializadas sem depender de deslocamentos para outros municípios?